

Governo tem déficit de R\$ 231 bi em 2023, pior resultado desde a pandemia

Sem regularização de precatórios, que influenciou resultado, ainda haveria rombo de R\$ 138,1 bi

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes

BRASÍLIA No primeiro ano do novo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as contas do governo central tiveram um rombo de R\$ 231 bilhões (corrigidos pela inflação), o equivalente a 2,12% do PIB. Trata-se do pior resultado desde de 2020, ano da pandemia de Covid-19.

O resultado de 2023 foi influenciado pela regularização dos precatórios, dívidas judiciais que haviam sido adidas pela gestão Jair Bolsonaro (PL). No fim do ano passado, o governo Lula obteve autorização do STF (Supremo Tribunal Federal) para quitar um passivo de R\$ 92,4 bilhões.

Mesmo sem o pagamento dos precatórios, o déficit teria sido de R\$ 138,1 bilhões — o equivalente a 1,27% do PIB e, ainda assim, pior desde 2020.

Nessa comparação, apenas o segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) teve um resultado pior no primeiro ano da gestão. Em 2015, o rombo foi de R\$ 183,1 bilhões devido à regularização das chamadas pedaladas fiscais. Em 2019, primeiro ano da gestão Bolsonaro, o déficit foi de R\$ 122,6 bilhões. Os valores foram atualizados pela inflação.

O resultado de 2023 foi pior do que a meta traçada informalmente pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que prometeu entregar um déficit de até 1% do PIB no primeiro ano da administração.

Antes mesmo da posse de Lula, o governo atuou no Congresso Nacional para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que autorizou a ampliação de até R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 para recompor ações do Orçamento que estavam estranhaladas por cortes de até 95%.

A elevação dos gastos deflagrou uma piora nas expectativas em relação à trajetória fiscal. A equipe econômica chegou a lançar, ainda em janeiro, medidas para tentar recompor as receitas de 2023, mas boa parte não rendeu o esperado ou foi desistida após longa negociação com o Congresso.

O déficit indica que o governo gastou mais que arrecadou no ano passado. O dado divulgado nesta segunda (29) agrega estatísticas do Tesouro Nacional, Banco Central e INSS.



O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, apresenta os dados de 2023. Diogo Zacarias/Divulgação Fazenda

“Esperamos atingir o equilíbrio ou até [um resultado] positivo [nas contas do governo central, que inclui Tesouro, BC e INSS] nos próximos anos”
Rogério Ceron
secretário do Tesouro

A série foi iniciada em 1997.

Para a aferição oficial do cumprimento da meta fiscal, o STF autorizou o governo a descontar os gastos com a regularização dos precatórios.

Por outro lado, o resultado fiscal ainda vai ter uma piora adicional de R\$ 26 bilhões, referentes ao resgate de valores abandonados nas contas do Fundo PIS/Pasep.

O BC, órgão responsável pelas estatísticas oficiais das finanças públicas, não considera os recursos do fundo como receita primária — metodologia distinta da adotada pelo Tesouro Nacional. Por isso, o rombo a ser anunciado pelo BC será ainda maior.

Ainda assim, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) autoriza um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o que corresponde a 2% do PIB. Portanto, os números não devem indicar um descumprimento formal da regra.

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2023, Haddad disse que não iria aceitar um resultado “que não seja melhor do que os absurdos R\$ 220 bilhões de déficit previstos no Orçamento”.

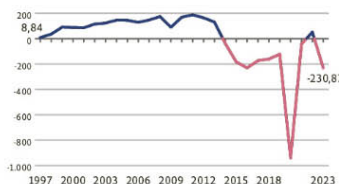
A partir daí, a Fazenda traçou a meta informal de % do PIB — que em março chegou a virar 0,5%, um objetivo ainda mais ambicioso, mas que logo foi abandonado.

Em entrevista coletiva, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que boa parte da piora do fiscal em 2023 se de-

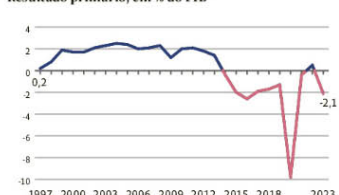
Déficit em 1º ano de Lula é o pior desde 2020

Resultado primário, em R\$ bilhões

Valores em R\$ bilhões de 2023 (atualizados pela inflação)



Resultado primário, em % do PIB



R\$ 92,4 bilhões

foi o pagamento de precatórios que estavam represados desde o governo Jair Bolsonaro (PL)

R\$ 138,1 bilhões

foi o déficit descontando os precatórios, ainda assim o pior desde 2020

Fonte: Tesouro Nacional

ve ao pagamento de precatórios e outros efeitos extraordinários. “Nossa sinalização para o horizonte de médio prazo é uma reversão dessa tendência”, afirmou.

“Esperamos atingir o equilíbrio ou até [um resultado] positivo nos próximos anos”, acrescentou. Segundo Ceron, o governo espera que o movimento de recuperação fiscal “fique mais nítido” em 2024.

Mais tarde, Haddad também ressaltou que o rombo nas contas de 2023 decorreu de uma decisão do governo de regularizar passivos deixados pela gestão anterior.

“O resultado é expressão de uma decisão que o governo tomou de pagar o calote que foi dado tanto em precatórios quanto nos governadores em relação ao ICMS sobre combustíveis. Desses R\$ 230 bilhões, praticamente metade disso é pagamento de dívida do governo anterior, que poderia ser prorrogada para 2027 e que nós achamos que não era justo com quem quer que fosse o presidente na ocasião”.

Haddad estipulou uma meta de déficit zero para este ano, mas esse objetivo enfrenta ceticismo do mercado e da própria ala política do governo. Apesar disso, Ceron reiterou que o governo mantém a intenção de zerar o déficit em 2024. “Estamos com metas arrojadas que serão perseguidas”, afirmou o secretário.

Entre as medidas extraordinárias que acenaram o défi-

cit em 2023, Ceron elencou a antecipação da compensação pelas perdas dos governos regionais após o Congresso, com o apoio de Bolsonaro, limitar as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, transporte e telecomunicações.

Em meio à penúria das prefeituras e à demanda por um socorro federal, o governo Lula aceitou antecipar a parcela que seria paga em 2024. O impacto total da transferência foi de R\$ 21 bilhões.

Houve ainda um aporte de R\$ 6,1 bilhões no fundo que vai bancar a nova bolsa para alunos do ensino médio e uma capitalização de R\$ 1,4 bilhão no Banco no Nordeste.

Apesar de serem considerados fatores extraordinários pela equipe econômica, o secretário reconheceu que essas três despesas foram feitas por uma decisão de governo.

Além disso, não foram só esses gastos que cresceram. A despesa com subsídios e subvenções teve alta real de 34,4%, de R\$ 16,4 bilhões para R\$ 22 bilhões. Ceron disse que o aumento é explicado pelas maiores perdas agrícolas geradas por eventos climáticos, o que elevou a fatura do Proagro (seguro rural).

Houve também uma intensificação dos empenhos e pagamentos de despesas pelos ministérios em dezembro, o que reduziu o chamado “empocamento” — quando os órgãos têm limites disponíveis para gastar, mas não conseguem por esbarrar em restrições técnicas, como problemas de projeto ou licenciamento. Em novembro, o empocamento estava em R\$ 34,4 bilhões. Já em dezembro, esse valor caiu significativamente, fechando o ano em R\$ 19,8 bilhões.

A combinação desses fatores com a regularização dos precatórios elevou a despesa total do governo a 49,6% do PIB. É o maior patamar desde 2020, quando ficou em 25,6% do PIB diante da necessidade de abrir os cofres para fazer frente à crise sanitária e econômica.

Sem contabilizar o pagamento das dívidas judiciais, o gasto do primeiro ano do terceiro mandato de Lula teria ficado em 18,75% do PIB, acima do registrado em 2022 (8% do PIB). Por outro lado, o patamar está abaixo dos 19,4% do PIB apontados pela equipe econômica como a média entre 2015 e 2022 (à exceção do ano da pandemia). O governo vinha colocando essa referência comparativa como uma espécie de vacina contra críticas pelo aumento de gastos.

Do lado das receitas, a queda foi de 2,8% em termos reais, influenciadas negativamente por concessões, dividendos de estatais e royalties.

Leia mais na pág. A12

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 11